

COMO ELABORAR UMA POLÍTICA DE BIODIVERSIDADE

GUIA TÉCNICO PARA PROPRIETÁRIOS DE
ATIVOS E GESTORES DE INVESTIMENTO

MARÇO DE 2024



OS SEIS PRINCÍPIOS

INTRODUÇÃO AOS PRINCÍPIOS

Como investidores institucionais, temos o dever de atuar de acordo com os melhores interesses de longo prazo de nossos beneficiários. Neste papel fiduciário, acreditamos que fatores ambientais, sociais e de governança (ASG) podem afetar o desempenho das carteiras de investimento (em diferentes níveis em empresas, setores, regiões, classes de ativos, e ao longo do tempo). Também reconhecemos que a aplicação destes Princípios pode alinhar melhor os investidores a objetivos mais amplos da sociedade. Portanto, em linha com nossas responsabilidades fiduciárias, nos comprometemos com o seguinte:

- 1** Incorporaremos os fatores ASG às análises de investimento e processos de tomada de decisão.
- 2** Seremos investidores atuantes e incorporaremos fatores ASG às nossas políticas e práticas de titularidade de ativos.
- 3** Buscaremos sempre fazer com que as entidades nas quais investimos façam divulgações apropriadas sobre fatores ASG.
- 4** Promoveremos a aceitação e implementação dos Princípios pelo segmento de investimentos.
- 5** Trabalharemos em conjunto para ampliar nossa eficácia na implementação dos Princípios.
- 6** Cada um de nós divulgará relatórios sobre atividades e progressos da implementação dos Princípios.



MISSÃO DO PRI

Acreditamos que um sistema financeiro global economicamente eficiente e sustentável seja absolutamente necessário para a criação de valor no longo prazo. Tal sistema recompensará o investimento responsável de longo prazo e beneficiará o meio-ambiente e a sociedade integralmente.

O PRI trabalhará para alcançar esse sistema financeiro global sustentável, incentivando a adoção dos Princípios e a colaboração em sua implementação; promovendo a boa governança, a integridade e a responsabilidade; e enfrentando os obstáculos causados por práticas, estruturas e regulação de mercado que impedem um sistema financeiro sustentável.

AVISO LEGAL

Os dados contidos neste documento são meramente informativos, não representando conselho de investimento, jurídico, fiscal ou outro, nem devem ser utilizados como base para a realização de investimentos e tomada de outras decisões. Os autores e divulgadores não estão oferecendo consultoria jurídica, econômica ou de investimento, nem outros serviços profissionais neste documento. A PRI Association não é responsável pelo conteúdo de websites e outros materiais informativos que podem ser mencionados neste documento. Propiciar acesso a estes sites ou a tais materiais informativos não constitui endosso por parte da PRI Association às informações contidas neste documento. A PRI Association não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões, nem por quaisquer decisões tomadas ou ações realizadas com base nas informações contidas neste relatório, ou ainda por quaisquer perdas e danos resultantes de ou causados por tais decisões ou ações. Todos os dados aqui contidos são fornecidos para efeito de mera informação, sem garantia de completude, precisão e tempestividade, assim como não garantem os resultados obtidos a partir do uso de tais informações e, ainda, não há garantia expressa ou limitada de qualquer espécie.

Conteúdo de autoria da PRI Association

Nos materiais redigidos pela PRI Association, salvo indicação expressa em contrário, as opiniões, as recomendações, os achados, as interpretações e conclusões expressos são exclusivos da PRI Association e não representam, necessariamente, o ponto de vista dos profissionais que contribuíram para sua confecção ou dos signatários dos Princípios para o Investimento Responsável (individual ou coletivamente). Não se deve presumir que qualquer organização mencionada nesta publicação endossa ou concorda com as conclusões deste relatório. A inclusão de exemplos de empresas de forma alguma constitui endosso de tais organizações por parte da PRI Association ou dos signatários dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI). Ainda que tenhamos nos esforçado para assegurar as informações aqui contidas foram obtidas de fontes confiáveis e atualizadas, a natureza mutável da estatística, da legislação, de regras e regulamentos pode resultar em atrasos, omissões ou imprecisões.

Conteúdo de autoria de terceiros

A precisão do conteúdo fornecido por colaboradores externos é de responsabilidade destes colaboradores. As visões expressas em qualquer conteúdo fornecido por colaboradores externos são exclusivas destes colaboradores externos, não representando endosso por parte da PRI Association ou de qualquer signatário dos Princípios para o Investimento Responsável exceto aqueles colaboradores externos definidos como autores.

ÍNDICE

RESUMO EXECUTIVO	4
AGRADECIMENTOS	5
SOBRE ESTE GUIA	6
JUSTIFICATIVAS PARA A ATUAÇÃO DO INVESTIDOR EM BIODIVERSIDADE	7
O QUE CONSIDERAR ANTES DE ELABORAR UMA POLÍTICA DE BIODIVERSIDADE	9
ELABORAR UMA ABORDAGEM ORGANIZACIONAL	9
REUNIR CONHECIMENTO SOBRE A BIODIVERSIDADE	10
ELABORAR UMA POLÍTICA DE BIODIVERSIDADE	10
O QUE INCLUIR EM UMA POLÍTICA DE BIODIVERSIDADE	13
AMBIÇÕES, ESCOPO E COMPROMISSOS	13
GOVERNANÇA	14
DEFINIÇÕES	14
ABORDAGEM PARA A BIODIVERSIDADE	15
ANEXO 1: INDICADORES DO REPORTING FRAMEWORK DO PRI	22
CRÉDITOS	24

RESUMO EXECUTIVO

A IMPORTÂNCIA DA BIODIVERSIDADE PARA OS INVESTIDORES

O mundo enfrenta hoje a perda de biodiversidade em uma escala jamais vista. Cerca de metade do PIB mundial depende de serviços ecossistêmicos proporcionados por sistemas naturais saudáveis. Portanto, os investidores em todas as classes e setores de ativos enfrentam riscos físicos decorrentes da perda de biodiversidade, além de riscos de transição decorrentes de mudanças em políticas públicas, na tecnologia e no sentimento dos consumidores em resposta à crise. Por outro lado, tratar da perda de biodiversidade também resulta em novas oportunidades para os investidores.

A consciência cada vez maior de políticos e do público de que é preciso atuar em relação à biodiversidade faz, portanto, recair sobre os investidores institucionais a responsabilidade de integrar aspectos de biodiversidade às suas políticas de investimento responsável e seus processos de investimento. Um primeiro passo nesta integração é a elaboração de uma política de biodiversidade.

ANTES DE ELABORAR UMA POLÍTICA DE BIODIVERSIDADE

O investidor deve considerar três elementos antes de elaborar uma política de biodiversidade.

■ **Elaborar uma abordagem organizacional para a biodiversidade**

Este guia traz um processo em cinco etapas para a elaboração de uma abordagem organizacional para a biodiversidade, guiando as organizações para que avancem deliberadamente em sua compreensão dos fatores de biodiversidade, integrando-os aos processos de investimento, e gerenciem oportunidades e riscos associados à biodiversidade e divulguem informações sobre tais oportunidades e riscos.

■ **Reunir conhecimento sobre a biodiversidade**

O investidor precisa entender a biodiversidade para poder gerar e compartilhar conhecimento sobre a relevância deste tema com toda a organização e, assim, garantir a adesão da alta administração. Esta etapa pode incluir discussões internas, treinamento e aprender com pares.

■ **Determinar o tipo de política que será elaborada**

O investidor precisa saber que tipo de política planeja elaborar – se será uma política abrangente de investimento em biodiversidade, uma política sobre um aspecto específico da biodiversidade ou uma declaração de posicionamento. Deve considerar o objetivo da política, sua estrutura, escopo e governança, como ela funcionará com as abordagens existentes, e quais recursos serão necessários.

O QUE INCLUIR EM UMA POLÍTICA DE BIODIVERSIDADE

Uma política abrangente de biodiversidade pode incluir os seguintes elementos:

■ **Ambições, escopo e compromissos**

São estabelecidos aqui: os motivos para o investidor elaborar sua política de biodiversidade, e as convicções, os objetivos e as necessidades que servirão de base para a política; os direcionadores de perda de biodiversidade, setores e classes de ativos que a política abrange, assim como produtos de

investimento, estratégias ou negócios que ela não abrange; exigências regulatórias, responsabilidades, compromissos e obrigações de divulgação de informações relacionados ao tema.

■ **Governança**

A política deve fazer referência a políticas, diretrizes e objetivos relacionados, além de informar como será implementada, monitorada e revisada.

■ **Definições**

Como este é um tema complexo, a política deve trazer as definições dos principais termos e siglas utilizados.

■ **Abordagem para a biodiversidade**

A política de biodiversidade pode conter informações sobre como o investidor avalia os riscos físicos e de transição relacionados à biodiversidade, como identifica oportunidades e como integra aspectos de biodiversidade em suas decisões de investimento. Pode também descrever como o investidor coleta informações relacionadas.

■ **Definição de metas e estratégia**

A política deve descrever os objetivos ou metas organizacionais de biodiversidade e as métricas associadas, como são determinados, a abordagem da organização para alcançá-los e como o desempenho será monitorado ao longo do tempo.

■ **Gerenciamento de riscos e oportunidades**

Deve também descrever como o investidor pretende gerenciar os riscos de biodiversidade e buscar oportunidades relacionadas à biodiversidade. O investidor pode também detalhar aqui como planeja abordar os direcionadores de perda de biodiversidade, inclusive explicando como espera que as investidas gerenciem seus impactos sobre a biodiversidade.

Além disso, o investidor pode descrever como planeja direcionar fundos para investimentos que minimizam a perda de biodiversidade e promovem consequências positivas para o meio-ambiente, tais como soluções baseadas na natureza.

A política deve ainda definir a abordagem do investidor para *stewardship* em biodiversidade, por exemplo, fazendo referência a códigos ou orientações de *stewardship* aos quais o investidor adere, e outras expectativas ou declarações relacionadas a biodiversidade para questões ou setores específicos. Deve detalhar também as expectativas do investidor para suas investidas em relação à biodiversidade, e como o investidor faz engajamento sobre o tema com investidas, formuladores de políticas públicas, órgãos normativos e setoriais, além de seu envolvimento em iniciativas colaborativas.

■ **Monitoramento e divulgação de informações**

Por fim, a política deve descrever como a organização monitora e divulga informações e relatórios sobre suas atividades relacionadas à biodiversidade, além de especificar as normas internacionais para divulgação e relatórios que a organização cumpre.

Ao longo deste guia, o leitor encontrará exemplos de gestores de investimento e proprietários de ativos que estabeleceram compromissos com a biodiversidade em suas políticas. Além disso, o leitor encontrará também links para orientações e materiais relacionados do PRI. Para mais informações sobre qualquer assunto deste guia ou sobre biodiversidade de forma mais ampla, [entre em contato conosco](#).

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às organizações abaixo por sua contribuição nas entrevistas conduzidas com o objetivo de fundamentar a elaboração deste guia.

- abrdn
- Australian Council of Superannuation Investors
- All Weather Capital
- Allianz Investment Management
- AP2
- AXA Investment Management
- BB Asset Management
- Breckinridge Capital Advisors
- CalSTRS
- Climate Asset Management
- CVC
- Desjardins Global Asset Management
- Domini Impact Investments
- E Fund
- Fama re.capital
- Fidelity Investments
- First Sentier Investors
- Foresight Group
- FSD Africa
- Green Century Capital Management
- Groupe Caisse des Dépôts
- The Indonesian Biodiversity Foundation (Yayasan KEHATI)
- Ninety One
- Nomura Asset Management
- Nuveen Natural Capital
- Patria Investments
- PensionDanmark
- QBE Insurance
- QIC
- Resona Asset Management
- Riparian Capital Partners
- Rockefeller Asset Management
- Sanlam Investments
- Sierra Club Foundation
- Stafford Capital Partners

Agradecemos também aos membros do [Grupo de Referência para a Natureza do PRI](#) por seu feedback sobre os primeiros rascunhos deste guia.

SOBRE ESTE GUIA

Este guia descreve as etapas recomendadas para a elaboração de uma política de investimento em biodiversidade e abrange:

- justificativas para a atuação do investidor em biodiversidade;
- sugestões para ajudar os investidores a formular uma abordagem organizacional para o tema;
- os diferentes tipos de políticas que os investidores podem elaborar; e
- os compromissos específicos que podem ser estabelecidos na política.

O conteúdo apresentado aqui é baseado em pesquisa de dados secundários, incluindo a análise de políticas de biodiversidade dos signatários, entrevistas com signatários e feedback recolhido no [Grupo de Referência para a Natureza do PRI](#).

É importante que este documento seja acompanhado também da leitura do guia [Developing and updating a responsible investment policy: A technical guide](#), e de outros materiais do PRI sobre biodiversidade, como o guia [Introdução ao investimento responsável: Biodiversidade para proprietários de ativos](#).

JUSTIFICATIVAS PARA A ATUAÇÃO DO INVESTIDOR EM BIODIVERSIDADE

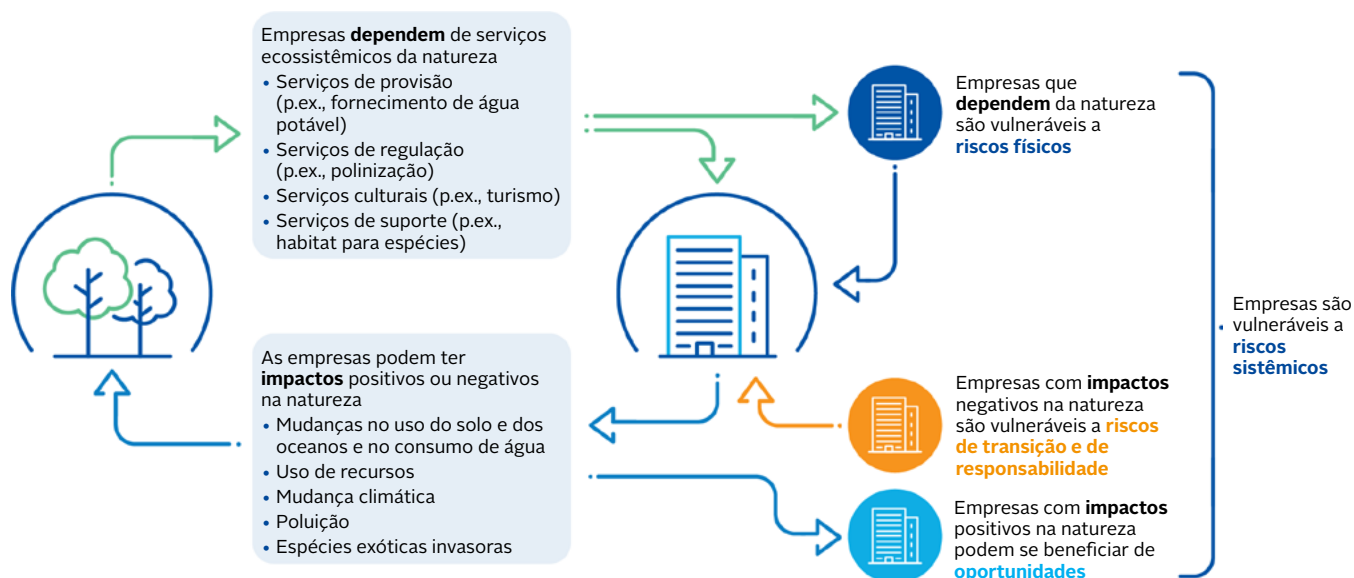
De acordo com a Network for Greening the Financial System (NGFS), a escala inédita da perda de biodiversidade observada no mundo hoje “pode ter significativas implicações macroeconômicas, e a falta de prestação de contas, mitigação e adaptação a estas implicações é uma fonte de risco para a estabilidade financeira”.¹ O fato é que mais da metade do PIB mundial depende moderada ou excessivamente de pelo menos um serviço ecossistêmico.²

O que representa novos riscos financeiros para os investidores em todas as classes e setores de ativos, assim como para seus clientes e beneficiários. Tais riscos podem ser caracterizados como:

- Riscos físicos resultantes da degradação da biodiversidade. Podem ser crônicos ou agudos e, em geral, são específicos de uma localidade: por exemplo, a perda de habitats que protegem áreas costeiras, como os manguezais, pode aumentar o risco de inundações; ou a perda de insetos polinizadores selvagens pode reduzir a produção ou aumentar os custos das empresas do agronegócio. As estimativas mais pessimistas do Banco Mundial sugerem que o colapso de apenas quatro serviços ecossistêmicos resultaria em uma contração de US\$ 2,7 trilhões no PIB mundial até 2030.³

- Riscos de transição derivados do desalinhamento das atividades econômicas, causado por mudanças na regulamentação e nas políticas públicas, nos precedentes legais, na tecnologia ou no sentimento dos investidores e nas preferências dos consumidores. Um exemplo seria o não cumprimento das expectativas de *due diligence* segundo o Regulamento da UE de 2023 sobre produtos livres de desmatamento⁴ e riscos de litígio associados.

Figura 1: Natureza e empresas: por que isso é importante?



Fonte: adaptado da Força-Tarefa sobre Divulgação Financeira Relacionada à Natureza (TNFD)

1 Network for Greening the Financial System, “A NGFS reconhece que os riscos relacionados à natureza podem ter significativas implicações macroeconômicas e financeiras”, release para a imprensa, 24 de março de 2022

2 Fórum Econômico Mundial, “Half of World's GDP Moderately or Highly Dependent on Nature, Says New Report”, release para imprensa, 19 de janeiro de 2020

3 Banco Mundial (2021), [The Economic Case for Nature](#)

4 Comissão Europeia (2023), [Regulation on Deforestation-free products](#)

No entanto, tratar da perda de biodiversidade por meio da conservação e restauração também proporciona novas oportunidades para o investidor. O Fórum Econômico Mundial estima que a transição para economias com um impacto positivo na natureza poderia gerar até US\$ 10 trilhões em valor por ano e criar 395 milhões de empregos até 2030.⁵

DIRECIONADORES REGULATÓRIOS

A consciência cada vez maior, tanto do público como política, de que é preciso atuar em relação à biodiversidade está refletida de forma mais evidente no [Marco Global da Diversidade Biológica de Kunming-Montreal \(GBF\)](#), acordado por 188 países na Conferência da Biodiversidade 2022 da ONU (COP 15), cujo objetivo é “cessar e reverter a perda de biodiversidade até 2030”. Para atingir este objetivo, o marco busca alinhar os fluxos financeiros públicos e privados a esta missão, trazendo um claro mandato para que investidores institucionais integrem aspectos da biodiversidade em suas políticas de investimento responsável e processos de investimento.

Tal esforço internacional pode ser visto em novas políticas públicas regionais, como a [Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030](#), e em jurisdições específicas ao redor do mundo.

Para mais detalhes sobre a perda de biodiversidade e sobre porque os investidores devem agir, consulte o guia [Introdução ao investimento responsável: Biodiversidade para proprietários de ativos](#).



Principais definições

- **Natureza:** o mundo natural, com ênfase em seus componentes vivos, segundo a [Plataforma Intergovernamental de Política Científica sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos](#).
- **Biodiversidade:** a variabilidade entre organismos vivos de todas as fontes, segundo a [Convenção sobre Diversidade Biológica](#). A biodiversidade é um componente essencial da natureza, fundamental para manter o funcionamento e a resiliência de sistemas naturais para que possam continuar a oferecer serviços para a sociedade.
- **Serviços ecossistêmicos:** benefícios que as pessoas obtêm dos ecossistemas e da sua biodiversidade, como a polinização, a produção de alimentos e a proteção de áreas costeiras, segundo a [Avaliação Ecossistêmica do Milênio](#).

NATUREZA OU BIODIVERSIDADE?

Este guia se concentra na elaboração de uma política de biodiversidade e em como o investidor pode descrever sua abordagem para tratar dos cinco direcionadores da perda de biodiversidade.⁶ No entanto, estas orientações reconhecem de que formas os sistemas naturais contribuem para a manutenção da biodiversidade e podem, portanto, ser aplicadas ao conceito mais amplo de natureza para investidores que procuram adotar uma abordagem mais holística para riscos e oportunidades relacionados à natureza.

Limites do planeta e mudança do clima

A mudança climática está intrinsecamente conectada à perda de biodiversidade, e ambas são cruciais para entendermos como os [limites do planeta](#) interagem entre si e minimizarmos o risco de danos ambientais irreversíveis. Seis dos nove limites do planeta já haviam sido ultrapassados em 2023.⁷ A mudança do clima é categorizada como um dos cinco direcionadores da perda de biodiversidade;⁸ com isso, os investidores podem começar a identificar sinergias em suas estratégias climáticas para riscos ou oportunidades relacionados à biodiversidade. Por exemplo, a circularidade nas tecnologias de transição para a neutralidade de emissões (*net zero*) pode minimizar o impacto causado na natureza pela extração e descarte de materiais,⁹ ao passo em que inovações na agricultura regenerativa podem mitigar as emissões associadas à conversão de terras e promover a saúde e a resiliência do solo.¹⁰

Materiais do PRI

[Página do PRI sobre a Natureza](#)



[Stepping Up on Biodiversity: What the Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework means for responsible investors](#)



[Introdução ao investimento responsável: Biodiversidade para proprietários de ativos](#)



⁵ Fórum Econômico Mundial (2020), [The Future Of Nature And Business](#)

⁶ IPBES, [Models of drivers of biodiversity and ecosystem change](#)

⁷ Richardson, J., Steffen W., Lucht, W., Bendtsen, J., Cornell, S.E., et.al. (2023), “Earth beyond six of nine Planetary Boundaries”, [Science Advances](#), 9, 37.

⁸ IPBES, [Models of drivers of biodiversity and ecosystem change](#), página web

⁹ The Ellen MacArthur Foundation, [What is a circular economy?](#), página web

¹⁰ Fórum Econômico Mundial, “[5 benefits of regenerative agriculture – and 5 ways to scale it](#)”, artigo, 11 de janeiro de 2023

O QUE CONSIDERAR ANTES DE ELABORAR UMA POLÍTICA DE BIODIVERSIDADE

Esta seção descreve o que o investidor pode considerar antes de elaborar uma política de biodiversidade e se concentra em três elementos principais:

- O processo de cinco etapas para elaborar uma abordagem organizacional para a biodiversidade
- Reunir conhecimento sobre a biodiversidade
- Diferentes formas de assumir publicamente compromissos em biodiversidade

Este processo não é uma regra; reflete o que para muitos investidores ainda é um grande desafio — entender seus impactos, suas dependências e os riscos e oportunidades relacionados à biodiversidade, e como estes fatores podem fundamentar estratégias e decisões de investimento. Os passos podem ser adaptados ou reordenados, para que o investidor ajuste o processo com base em suas circunstâncias específicas. Por exemplo, pode ser que o investidor prefira alinhar a abordagem para a biodiversidade com uma abordagem já existente para o clima, replicando um conjunto de etapas semelhantes, ou aplicar a abordagem a uma classe específica de ativos primeiro.

Cada elemento desse processo de cinco etapas será tratado com mais detalhes ao longo deste documento.

COMO ELABORAR A ABORDAGEM ORGANIZACIONAL

A figura abaixo mostra como o investidor pode elaborar uma abordagem organizacional para a biodiversidade em um processo de cinco etapas. Este processo orienta as organizações para que avancem deliberadamente em sua compreensão dos fatores de biodiversidade, integrando-os aos processos de investimento, e gerenciem oportunidades e riscos associados à biodiversidade e divulguem informações sobre tais oportunidades e riscos.

Figura 2: O processo de cinco etapas para elaborar uma abordagem organizacional para a biodiversidade



¹¹ Processo adaptado do framework para investidores já bem reconhecido chamado [Finance for Biodiversity's 5 steps from the V-process](#), que por sua vez é baseado em orientações da [TNFD](#) e da [SBTN](#).

Entender

1

Avaliar e
priorizar
riscos e
oportunidades

2

Elaborar a
estratégia e
definir metas

3

Gerenciar
riscos e
oportunidades

4

Monitorar
e divulgar
informações

5

REUNIR CONHECIMENTO SOBRE A BIODIVERSIDADE

O primeiro passo é reunir e compartilhar conhecimento sobre a relevância deste tema com toda a organização e, assim, garantir a adesão da alta administração. Esta etapa pode incluir o seguinte:

- fazer pesquisas sobre biodiversidade e sua relevância para os investidores e compartilhar com as equipes apropriadas;
- organizar treinamento para as equipes apropriadas, para que compreendam melhor a questão e a sua relevância para as suas funções dentro da organização; e
- aprender com os pares por meio de engajamento direto e em colaborações setoriais mais amplas.

As entrevistas realizadas com investidores durante a preparação deste guia destacaram várias tendências importantes em sua abordagem para a biodiversidade:

- O fato de que muitas organizações estão adotando uma abordagem gradual, que geralmente envolve primeiro a pesquisa interna para reunir conhecimento sobre o tema. Em seguida, é possível fazer uma avaliação inicial das possíveis exposições aos impactos, às dependências, aos riscos e oportunidades relacionados à biodiversidade, o que permite priorizar as próximas ações;
- O reconhecimento de que muitas vezes será preciso adaptar, a classes de ativos ou investidores específicos, a abordagem para tratar dos riscos e impactos relacionados à biodiversidade; e
- A compreensão de que questões isoladas — como o desmatamento, muitas vezes ligado ao setor agrícola — podem ser um ponto de partida para esforços mais centrados em um tema relacionado com a biodiversidade.

Materiais do PRI

[Introdução ao investimento responsável](#)



[Investing with SDG outcomes: A five-part framework](#)



[Stepping Up on Biodiversity: What the Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework means for responsible investors](#)



COMO ELABORAR UMA POLÍTICA DE BIODIVERSIDADE

PORQUE ELABORAR UMA POLÍTICA DE BIODIVERSIDADE?

Uma política de biodiversidade pode ser útil para os investidores de diferentes maneiras:

- Pode orientar suas decisões de investimento, a forma como fazem *stewardship* e como divulgam informações sobre suas atividades, garantindo consistência e longevidade.
- Permite que os investidores descrevam e justifiquem suas ações relacionadas à biodiversidade — por exemplo, como enxergam oportunidades e riscos relacionados à biodiversidade e sua conexão com outras questões sistêmicas de sustentabilidade como, por exemplo, direitos humanos e a mudança do clima.
- Ela define de forma clara o que se espera de outros *stakeholders* na cadeia de investimento, sejam eles outros investidores (tanto proprietários de ativos como gestores de investimento), prestadores de serviços, ou empresas investidas e suas cadeias de valor.

A POLÍTICA PODE TER DIFERENTES FORMATOS

Antes de elaborar uma política, os proprietários de ativos e gestores de investimento precisam considerar os seguintes fatores:

- sua finalidade;
- sua estrutura e escopo;
- quem será o responsável por colocá-la em prática;
- como a política reflete e se encaixa em seus deveres fiduciários, estratégias de investimento e crenças;
- a adesão de *stakeholders* e os recursos necessários para implementar a política; e
- a maturidade de sua organização em relação à biodiversidade.

Quando entender estes aspectos, o investidor saberá o tipo de política mais apropriado naquele momento. Por exemplo, o investidor que já tenha uma abordagem estabelecida para a biodiversidade e/ou que deseje sinalizar suas ambições nessa área, e que já tenha centralizado processos de governança ou de estratégia, pode adotar uma política de investimento em biodiversidade. Por sua vez, as organizações que estão elaborando sua abordagem para o tema e/ou que adotam estratégias mais individuais para fundos e carteiras podem optar por fazer uma declaração para estabelecer seu posicionamento em relação à perda de biodiversidade e como pretendem tratar desse tema.

Uma alternativa pode ser focar em uma questão específica relacionada à biodiversidade, como o desmatamento, por exemplo, ou em setores de alto risco. Este tipo de política pode ser o ponto de partida para a testar a resposta da organização para a biodiversidade, ou pode ser adotada porque é possível estabelecer e rastrear metas quantitativas claramente definidas para essas questões ou esses setores.

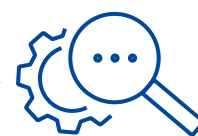
Qualquer que seja o tipo de compromisso, principalmente se estiver centrado em uma única questão ou setor, permite que

os investidores adotem uma abordagem repetitiva, aprendendo com a maneira como definem metas, com suas mensurações, engajamentos e metas. Estes aprendizados podem permitir que o investidor amplie sua abordagem para a biodiversidade ao longo do tempo.

Diferentes tipos de compromissos assumidos publicamente e as suas finalidades potenciais estão resumidos na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1: Diferentes formatos das políticas de biodiversidade

Tipo de documento	Finalidade
Política de investimento em biodiversidade	Define uma abordagem abrangente para a biodiversidade, incluindo avaliação e mitigação de riscos, definição de metas e métricas associadas, e divulgação. Define de forma clara o que se espera de investidas e de outros <i>stakeholders</i> relacionados e pode ajudar a promover a colaboração com <i>stakeholders</i> que tenham interesses em comum. Pode ser individual ou integrada à política geral de investimento responsável.
Política sobre um aspecto específico da biodiversidade	Como acima, mas com foco em uma única questão (como o desmatamento). Pode ser a base para a elaboração de uma abordagem mais completa para a biodiversidade ao longo do tempo.
Declaração de posicionamento	Estabelece o posicionamento da organização sobre a biodiversidade (seja em geral ou sobre questões específicas), para sinalizar o compromisso e a intenção iniciais e para promover a colaboração com as partes interessadas que partilham interesses comuns. É pouco provável que contenha metas ou processos específicos para a integração da biodiversidade na tomada de decisões de investimento. Geralmente são documentos independentes que se alinham amplamente com a política de investimento responsável. Pode ser a base para a elaboração de um compromisso mais abrangente com a biodiversidade ao longo do tempo.



Exemplo – A abordagem da abrdn para o capital natural

Em [Preserving natural capital - Our approach for investments](#), a abrdn descreve sua abordagem para integrar aspectos da natureza em seis etapas dentro do ciclo de vida do investimento: pesquisa e dados, integração do investimento, soluções para o cliente, atuação engajada do investidor, colaboração e influência, e divulgação. No documento, a abrdn esclarece sua abordagem para a natureza, assim como os resultados que deseja alcançar e o que espera das investidas em termos de investimentos e engajamento. A abrdn então fornece mais detalhes sobre seus compromissos em áreas temáticas específicas, como biodiversidade, desmatamento, plásticos e água, em declarações de posicionamento.

EXEMPLOS DE POLÍTICAS DE BIODIVERSIDADE

Gestores de investimento:

Organização	Links
abrdn	Preserving natural capital – Our approach for investments
Allianz Global Investors	Allianz Global Investors Biodiversity Policy Statement
Impax Asset Management	Impax Policy on Nature, Biodiversity, and Deforestation
First Sentier Investors	Nature and biodiversity
HSBC Asset Management	Biodiversidade
Legal and General Investment Management	LGIM's policy on biodiversity e LGIM's nature framework
Mirova	Mirova for Nature Biodiversity, our 2020 roadmap
New Forests	Biodiversity risks and opportunities in forestry investment
Next Energy Capital	Biodiversity Position Statement
Schroders	Our Plan for Nature
Storebrand Asset Management	Engagement theme: Biodiversity and ecosystems

Proprietários de ativos:

Caisse des Dépôts	The Caisse des Dépôts Group's policy on biodiversity
Varma	Biodiversity Roadmap
PensionDanmark	Biodiversity strategy
Australian Council of Superannuation Investors	Biodiversity: Unlocking natural capital value for Australian Investors
Brunel Pension Partnership	Integrating biodiversity into investment decisions
Ilmarinen	Ilmarinen Biodiversity Roadmap

Materiais do PRI

Developing and updating a responsible investment policy



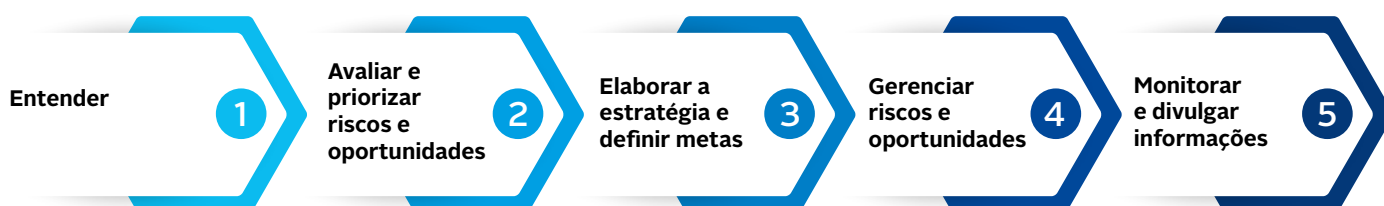
Um Marco Legal para o Impacto



O QUE INCLUIR EM UMA POLÍTICA DE BIODIVERSIDADE

Esta seção traz detalhes sobre os principais componentes de uma política de biodiversidade, incluindo exemplos, que proprietários de ativos e gestores de investimento podem utilizar como base.

Também descreve como os passos dois, três, quatro e cinco do processo de elaboração da abordagem organizacional para a biodiversidade podem ser referenciados numa política de biodiversidade ou documento semelhante.



OBJETIVOS, ESCOPO E COMPROMISSOS

Ambições da política: São as ambições e motivações globais da organização para elaborar sua política de biodiversidade; e as crenças, os objetivos e as necessidades de *stakeholders*, clientes ou beneficiários que formam sua base. Pode incluir uma declaração sobre como a organização entende o contexto da crise global da biodiversidade e de seus impactos na economia, incluindo o seguinte:

- o imperativo criado pelo [Marco Global da Diversidade Biológica de Kunming-Montreal \(GBF\)](#);
- riscos e oportunidades que investidores enfrentam em decorrência da perda de biodiversidade; e
- como estes fatores se interligam à forma de tratar a crise climática.

Escopo: O escopo pode incluir os direcionadores de perda de biodiversidade, os setores e as classes de ativos que a política de biodiversidade cobre, bem como os produtos, as estratégias ou os negócios de investimento aos quais não se aplica. O escopo também pode explicar como a política se conecta com as atividades permanentes da organização relacionadas ao clima, enfatizando uma abordagem integrada para a atuação relacionada ao meio-ambiente.

Compromissos específicos: Esta seção pode descrever as exigências legais e regulatórias, as responsabilidades fiduciárias, os compromissos voluntários e as exigências de divulgação que orientam as atividades de investimento responsável da organização. Pode incluir o compromisso de alinhamento com a missão do Global Biodiversity Framework. Pode também declarar a adesão da organização a *frameworks* ou melhores práticas do setor como, por exemplo, [as recomendações de divulgação da Força-Tarefa sobre Divulgação Financeira Relacionada à Natureza \(TNFD\)](#), [o Finance for Biodiversity Pledge](#) ou [o roteiro para o financiamento livre de desmatamento \(Deforestation-Free Finance\)](#).

Materiais relacionados

[Prioritising nature-related disclosures: considerations for high-risk sectors, UNEP FI](#)



[Top 10 Biodiversity Impact Ranking of Company Industries, Finance for Biodiversity Foundation](#)



[Orientações adicionais para instituições financeiras \(inglês\), TNFD \(consulte no Anexo 1 os setores cuja divulgação é prioritária\)](#)

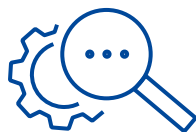


GOVERNANÇA

Histórico: Esta seção traz detalhes sobre quem esteve envolvido na preparação e concepção da política. Por exemplo, se um grupo de trabalho elaborou a política, a introdução poderia incluir os membros e o objetivo desse grupo.

Políticas, diretrizes e objetivos relacionados: A introdução também deve deixar claro se a política faz parte de uma política mais ampla de investimento e/ou de investimento responsável, e se a organização possui outras diretrizes, declarações ou estratégias que se relacionam com a política de biodiversidade. Ter uma abordagem clara para tratar de questões ASG específicas em suas políticas e diretrizes de investimento responsável, e fazer relações entre elas, é uma boa prática para investidores.

Implementação e monitoramento: As organizações devem descrever como pretendem cumprir e monitorar a política, identificando quem é responsável por sua implementação e orientando como tratar possíveis violações. Devem também analisar se precisam definir KPIs ligados à implementação da política; se o fizerem, devem definir quem é responsável por cumprir os KPIs e determinar se os KPIs são vinculados à remuneração.



Exemplo – Ninety One: Adoção de uma abordagem bottom-up para a governança

Para avaliar e gerenciar riscos e oportunidades relacionados à natureza com base em classes de ativos específicas, setores específicos e regiões geográficas específicas, a Ninety One adotou uma abordagem *bottom-up* para o ASG, na qual cada equipe de investimento é responsável por criar e implementar sua própria estratégia ASG no processo de investimento (com o suporte da equipe de sustentabilidade). Esta abordagem permitiu a elaboração de uma abordagem de integração ASG para avaliar cases de investimento, incluindo fatores relevantes relacionados a riscos para a natureza e a biodiversidade. Cada equipe de investimento é responsável por elaborar as estratégias mais eficazes segundo as características de sua carteira e criar produtos customizados que ajudem a cumprir os objetivos definidos para sustentabilidade. Por exemplo, a equipe de Emerging Markets Sovereign Debt da Ninety One criou um scorecard de momentum ASG que faz uma avaliação prospectiva de políticas públicas em ASG para todos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), utilizando nove subcategorias, incluindo capital natural, e os possíveis efeitos dessas políticas públicas nas diferentes economias. A Ninety One faz engajamento com formuladores de políticas públicas sempre que possível e recentemente fez engajamento com o Chile e o Uruguai para a inclusão de KPIs de biodiversidade em seus marcos regulatórios. A Ninety One também já trabalhou com a WWF para adaptar esta abordagem no índice Climate and Nature Sovereign Index (CNSI), que utiliza modelagem geoespacial e sensoriamento remoto para identificar exposições a países relacionadas com o clima e a natureza ao longo do tempo.

Revisão da política: A política de biodiversidade da organização deve ser revista periodicamente para avaliar seu sucesso e identificar áreas com baixo desempenho. O processo de revisão eficaz deve avaliar as convicções que fundamentam a política, sua execução e os métodos de engajamento com *stakeholders*. Além disso, a revisão deve avaliar se a política se alinha bem com a estratégia global de investimento e analisar o impacto de marcos regulatórios emergentes sobre a política. Consulte no guia técnico [Developing and updating a responsible investment policy](#) a lista de perguntas que podem nortear o processo de revisão.

Materiais do PRI

[Guia para responder o módulo Policy, governance and strategy do Reporting Framework](#)



[Developing and updating a responsible investment policy](#)



DEFINIÇÕES

A biodiversidade é um tema complexo, e a compreensão global sobre como as atividades econômicas direcionam a perda de biodiversidade e dependem da natureza ainda está em evolução. Na política, o investidor pode incluir as definições das siglas e termos-chave utilizados no documento para garantir que os *stakeholders* entendam e para demonstrar o alinhamento da organização com normas setoriais quando for o caso.

Materiais relacionados

[Glossário do PRI Reporting Framework](#)



[UNEP-WCMC Biodiversity A-Z](#)



[IPBES Glossary](#)



[TNFD Glossary](#)

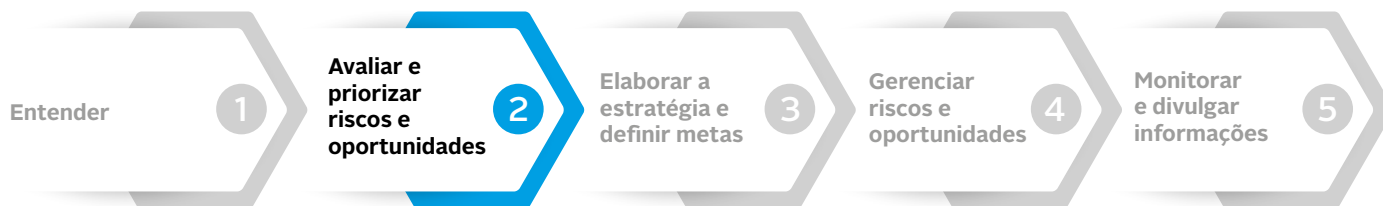


[Definições da iniciativa Accountability Framework](#)



[SBTN Glossary of Terms](#)





ABORDAGEM PARA A BIODIVERSIDADE

MENSURAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DE RISCOS E OPORTUNIDADES

Riscos físicos e de transição (incluindo risco de litígio e regulatório) associados à perda de biodiversidade podem afetar o valor do investimento a curto, médio e longo prazo. Riscos e oportunidades em biodiversidade variam e dependem de factores como os seguintes:

- setor
- localização ou região geográfica
- marcos regulatórios
- valor de mercado
- arranjos operacionais
- posição na cadeia de valor (*upstream* vs. *downstream*)
- o quanto depende da biodiversidade ou a extensão do impacto sobre ela
- capacidade de substituição de matérias-primas

A política de biodiversidade pode conter informações sobre como o investidor mensura esses riscos, como identifica oportunidades e como integra aspectos de biodiversidade em suas decisões de investimento, especificando se utilizam protocolos internos ou externos na análise. Por exemplo, a política pode:

- explicar as metodologias e fontes de dados utilizados para mensurar riscos e oportunidades, como o TNFD Leap Assessment Framework, o Protocolo de Capital Natural ou o Partnership for Biodiversity Accounting Financials Standard, além de divulgações de empresas, especialistas técnicos e consultores, e provedores de dados, por exemplo;
- explicar a frequência o grau de detalhamento da análise; e
- detalhar como o investidor faz engajamento com os principais *stakeholders*, incluindo investidas e comunidades locais, para entender melhor os riscos e oportunidades em potencial.

A política também pode reconhecer desafios específicos que o investidor enfrenta hoje para reunir todas as informações necessárias para avaliar todos os riscos e oportunidades relacionados à biodiversidade. Por exemplo, já se sabe que os conjuntos existentes de dados sobre biodiversidade, tanto públicos como comerciais, podem ser limitados; que ainda não há uma métrica exclusiva para biodiversidade e não existe um consenso sobre como traduzir informações sobre biodiversidade em termos de relevância financeira.

Quando encontra esses desafios, o investidor pode também indicar na política como está trabalhando para superá-los e/ou como pode expandir o seu processo de avaliação de risco ao longo do tempo, conforme mais informações sejam disponibilizadas. Este processo pode incluir, por exemplo:

- engajamento com investidas para incentivá-las a ampliar sua divulgação (e a de suas respectivas cadeias de valor) de riscos, oportunidades, impactos e dependências relacionados à biodiversidade;
- colaboração setorial (com outros investidores e prestadores

de serviços para, por exemplo, promover melhorias nos conjuntos de dados sobre biodiversidade); e

- aplicação do que foi aprendido nos esforços iniciais de avaliação de alto nível, ou foco em setores ou questões específicas.

O *hub* de recursos [Investing for Nature](#) do PRI contém uma lista de ferramentas e *frameworks* disponíveis para o público e que podem ajudar na avaliação de riscos e oportunidades relacionados à biodiversidade.

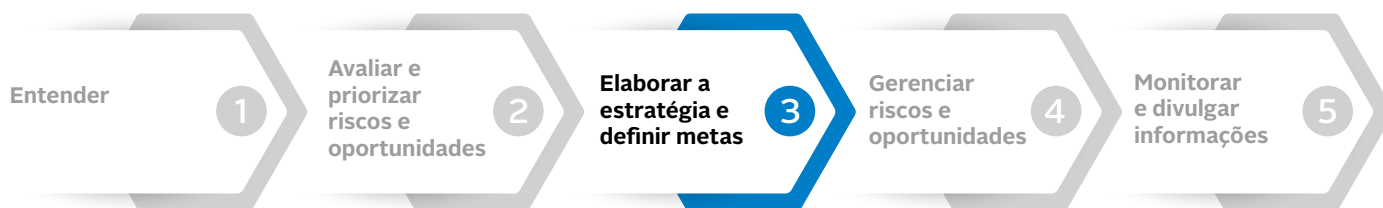


Exemplo – AP2: Desenvolvimento de ferramentas para avaliação de risco de desmatamento

O fundo de pensões sueco AP2 está desenvolvendo, em colaboração com o *think tank* de finanças sustentáveis Climate & Company, uma metodologia e orientações práticas, disponíveis para acesso público, para avaliar cada investida em sua carteira quanto ao risco de desmatamento. As orientações se baseiam em vários bancos de dados existentes, como os da Forest500 e da Trase, mas servirão para todas as empresas da carteira e levarão em conta tanto sua localização como suas atividades na análise de risco. Com isso, a AP2 poderá integrar informações sobre desmatamento no processo de investimento e a identificar as investidas com risco de desmatamento, facilitando a priorização do engajamento. Este processo ajudará a AP2 a cumprir seu compromisso de ter uma carteira que não contribua para o desmatamento até 2025.

Exemplo – First Sentier Investors: Kit de ferramentas de biodiversidade e natureza para capacitar as equipes para engajamentos bem fundamentados

Com foco específico em água doce e desmatamento, o guia [Investors Can Assess Nature Now](#) (ICANN) da First Sentier Investors ajuda seus próprios gestores de fundos e outros investidores a avaliar as divulgações das empresas relacionadas à natureza. Mapeia um framework de *due diligence* para avaliação e engajamento em três questões urgentes: a identificação de exposições setoriais e a compreensão de áreas relevantes de pressão sobre a natureza; priorização e avaliações de empresas, incluindo abordagens de *due diligence* e as principais métricas a serem analisadas; e engajamento com empresas, descrevendo como interpretar os dados e quais perguntas fazer. Neste kit de ferramentas, os gestores de investimento encontram informações de base, recursos e ferramentas que os ajudam a localizar de maneira eficiente as questões relevantes e empresas para pesquisa e engajamento.



DEFINIÇÃO DE METAS E ESTRATÉGIA

A política de biodiversidade deve descrever:

- a estratégia para biodiversidade, com foco nos setores ou temas de biodiversidade identificados como prioritários, com base na avaliação de riscos e oportunidades;
- objetivos e metas da organização para biodiversidade e as métricas associadas a eles, mencionando, inclusive, se estão alinhados a *frameworks* internacionais ou setoriais de biodiversidade; e
- detalhes sobre como os objetivos e as metas específicas são determinados, a abordagem da organização para alcançá-los, e como o desempenho em relação a eles será monitorado ao longo do tempo.

Para organizações que ainda estejam nas fases iniciais da elaboração de sua abordagem para biodiversidade, um primeiro passo pragmático pode ser a adoção de uma estratégia flexível para combater a perda de biodiversidade. Esta estratégia deve priorizar os riscos e oportunidades mais relevantes identificados por meio de avaliação ou exercício semelhante. A política também pode explicar como a estratégia de biodiversidade serve de suporte para outras questões importantes de sustentabilidade (p.ex., a mudança do clima) e como se sobrepõe a elas.

Conforme a estratégia é elaborada, os investidores podem determinar objetivos, metas ou compromissos específicos. Os objetivos e metas globais dos investidores podem variar por diversas razões, conforme discutido no item [Como elaborar uma política de biodiversidade](#), acima. Quando objetivos forem determinados, a organização deve explicar sua abordagem para alcançá-los, e como o desempenho em relação a eles será monitorado ao longo do tempo.

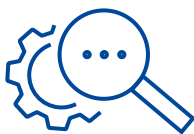
A definição de metas para biodiversidade ainda é uma prática que está sendo desenvolvida, em parte devido aos desafios metodológicos para mensurar a biodiversidade, que carece de uma métrica exclusiva, como as emissões de gases de efeito estufa da agenda climática. Para organizações que ainda estejam nas fases iniciais de formulação da sua abordagem para biodiversidade, um primeiro passo pode ser a definição de metas flexíveis e qualitativas. Alguns exemplos incluem os seguintes:

- revisar toda a sua carteira em busca de impactos de alto risco para a biodiversidade e dependências da biodiversidade;
- conscientizar e ensinar mais os funcionários sobre a biodiversidade;
- adotar um protocolo de gerenciamento de riscos para riscos de biodiversidade; e/ou
- iniciar um engajamento com *stakeholders* para biodiversidade.

Conforme aprofundam mais sua abordagem, as organizações podem introduzir metas quantitativas tanto para processos como para resultados, como as seguintes:

- número de empresas com as quais fez engajamento;
- número de investidas que possuem uma política de biodiversidade;
- número de investidas que fazem divulgação sobre impactos para a biodiversidade e sobre dependências da biodiversidade; e
- a parcela do AUM coberta pela política de biodiversidade da organização.

Metas quantitativas associadas ao estado real da biodiversidade não são comuns, pois as instituições financeiras ainda têm dificuldades para mensurar o impacto sobre a biodiversidade em campo. No entanto, a política pode refletir as ambições do investidor para a elaboração de metas mais amplas, conforme apropriado e ao longo do tempo, principalmente porque organizações como a TNFD, a Finance for Biodiversity Foundation e a Science-based Targets Network (SBTN) estão liderando esforços para que métricas setoriais apropriadas sejam elaboradas para a biodiversidade.

**Exemplo – Domini Impact Investments:
Adoção de uma abordagem interseccional
para mensurar impactos na natureza**

A Domini aborda a avaliação de empresas para investimento de forma sistêmica, observando como uma questão como a biodiversidade se interconecta com as outras dimensões de um negócio, ao mesmo tempo em que oferece suporte para a criação de valor sustentável a longo prazo. Esta abordagem para a pesquisa socioambiental se baseia nos Impact Investment Standards da Domini – onde cada investimento dá suporte para os objetivos gêmeos da dignidade humana universal e da sustentabilidade ecológica. Quando conduz pesquisa, a Domini analisa como essas questões se alinham com seus KPIs específicos por setor, que por sua vez colocam em prática as normas da Domini. Deste modo, a Domini consegue identificar líderes entre pares em manejo florestal sustentável e certificação e manter elevados padrões socioambientais. Essas empresas têm destaque no site da Domini e em seu Relatório de Impacto.

Além disso, embora o desmatamento seja tratado em primeiro lugar como um risco para a biodiversidade, a abordagem sistêmica da Domini para as florestas vai além da segurança e dos impactos para as carteiras, levando também em conta como o desmatamento interage com fatores relacionados a povos indígenas, direitos trabalhistas e a mudança do clima, e utiliza ferramentas de sistemas para influenciar políticas públicas, a construção de campo e a normatização.

Materiais relacionados

[Nature Target Setting Framework for Asset Managers and Asset Owners, Finance for Biodiversity Foundation](#)



[PRB Nature Target Setting Guidance, Principles for Responsible Banking](#)

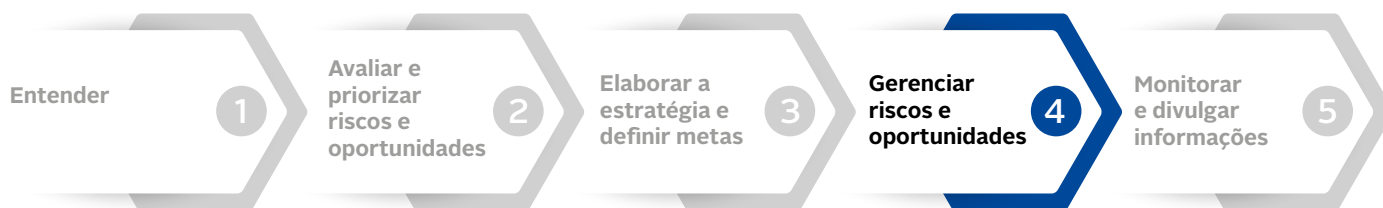


[Taxonomia da UE para atividades sustentáveis, Comissão Europeia](#)



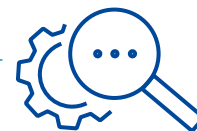
[Measure, set and disclose targets, Science Based Targets Network](#)





GERENCIAMENTO DE RISCOS E OPORTUNIDADES

Na política de biodiversidade, o investidor deve também descrever como pretende gerenciar os riscos de biodiversidade e buscar oportunidades relacionadas à biodiversidade. A política deve detalhar como o investidor planeja abordar os direcionadores de perda de biodiversidade, incluindo como espera que as investidas evitem, minimizem, revertam ou, em último caso, compensem seus impactos, em linha com a hierarquia de mitigação.¹²



Exemplo – Foresight Group's Nature Recovery Blueprint

A [parceria entre a Foresight e o The Eden Project](#) está produzindo o plano estratégico Nature Recovery Blueprint. O objetivo do plano é proteger e restaurar a biodiversidade, orientando gestores rurais sobre como podem, na prática, mensurar, manejar e melhorar a natureza e a biodiversidade em todas as suas propriedades.

A Foresight já identificou locais para os esquemas-piloto, e agora está conduzindo atividades de referência através de mapeamento por GIS (sistema de informação geográfica) e pesquisas com ecologistas, seguidos de avaliações ecológicas para identificar melhorias nas práticas de manejo e oportunidades de trabalho para melhorar habitats. Estas iniciativas devem criar eficiências operacionais a longo prazo e potencial para expandir ainda mais os investimentos em iniciativas relacionadas ao capital natural. O guia com foco em ativos solares será lançado no The Eden Project em 2024.

Exemplo – Low Carbon: Aplicação de ganho líquido de biodiversidade em projetos energéticos



Reconhecendo que seus projetos *greenfield* de energia solar fotovoltaica ocupam áreas com valor ecológico pré-existente, a Low Carbon criou uma abordagem para ativos que leva em consideração os direcionadores relevantes de perda de biodiversidade específicos de seus projetos no Reino Unido. A abordagem é baseada nos locais e utiliza a ferramenta [ENCORE](#) para identificar os direcionadores mais relevantes de impacto associados aos seus projetos para ajudar a identificar ações que podem gerenciar os principais riscos, entre eles a possível perda de habitat e a perturbação da flora e da fauna locais, e ações que levam a resultados para a biodiversidade que excedem as exigências regulatórias de Ganho Líquido de Biodiversidade da Inglaterra. Esta regulação exige que todos os novos empreendimentos proporcionem um aumento da biodiversidade de pelo menos 10%. A Low Carbon está trabalhando com proprietários de terras e empreendedores para implementar programas de manejo de solo e da biodiversidade, alinhando-os às condições e circunstâncias únicas de cada local, permitindo que a Low Carbon descubra oportunidades que melhorem a biodiversidade e gerem benefícios comerciais diretos. As medidas para ampliar a diversidade de habitats e espécies incluem plantar árvores e bosques limítrofes, instalar casas para pássaros, plantar flores silvestres, o pastoreio de ovelhas e medidas de manejo que minimizem a perturbação de espécies residentes.

STEWARDSHIP

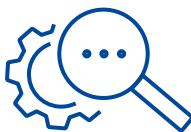
A política de biodiversidade deve descrever a abordagem da organização para engajamento relacionado à perda de biodiversidade. Gestores de investimento e proprietários de ativos, podem fazer referência a códigos de *stewardship* ou diretrizes às quais aderem e a outras expectativas ou declarações relacionadas à biodiversidade para questões ou setores específicos que a organização elaborou, adotou ou endossou.

A [ferramenta de avaliação Stewardship for Sustainability](#) do PRI pode ser utilizada para avaliar e comparar as práticas de *stewardship* dos gestores para resultados de sustentabilidade, e o questionário de *due diligence* Sustainability for Stewardship pode ser utilizado para discutir o tema com gestores de investimento.

¹² Cross Sector Biodiversity Initiative (2015). [A cross-sector guide for implementing the mitigation hierarchy](#).

ALOCÇÃO DE CAPITAL

Compreender os riscos e oportunidades existentes e em potencial associados à biodiversidade é vital para a fundamentação da formação de carteira, da concepção de fundos e da seleção de empresas. A política de biodiversidade deve descrever como a alocação de capital pode direcionar fundos para setores, atividades e modelos de negócios que minimizam a perda de biodiversidade e promovem consequências positivas para o meio-ambiente, tais como as soluções baseadas na natureza.



Exemplo – Fama re.capital: Alocação de capital para proteção ambiental e regeneração

A Fama re.capital criou duas novas ofertas de fundos temáticos e de impacto com foco em temas relacionados à biodiversidade: emissões de gases de efeito estufa e sociobioeconomia. Este último, o Fundo Amazônia Viva 2030, é um fundo de crédito para projetos e negócios regenerativos que operam na Amazônia e são liderados por comunidades locais e tradicionais. O objetivo do fundo é transferir capital de empresas grandes e não sustentáveis para aquelas priorizam ativamente a proteção e regeneração do meio ambiente e promovem a igualdade social e o crescimento econômico.

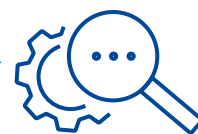
Para este fundo, a fama re.capital associou-se ao Grupo Gaia, uma securitizadora com expertise nos setores de agricultura e imobiliário e em investimentos de impacto. A parceria visa a identificar de forma colaborativa as empresas e os projetos com maior potencial tanto para retorno financeiro de longo prazo como para impacto socioambiental positivo. Após o investimento, as duas empresas partilham a responsabilidade de mapear, avaliar, monitorar e fazer engajamento com as empresas da carteira e divulgar relatórios sobre as principais métricas de sustentabilidade.

Uma investida do fundo é a Conexsus, organização não governamental e sem fins lucrativos cujas atividades levaram à regeneração de mais de 2.000 hectares de solo através da implementação de sistemas agroflorestais e que apoia o desenvolvimento de ecossistemas de negócios de impacto liderados pela comunidade.

ENGAJAMENTO COM AS INVESTIDAS

O investidor deve detalhar o que espera das investidas em relação à biodiversidade e a como faz engajamento com elas sobre este tema. Uma abordagem abrangente pode cobrir elementos como os seguintes:

- principais metas ou objetivos de qualquer engajamento (por exemplo, incentivar com sucesso um determinado percentual de empresas da carteira a divulgar seus impactos e dependências);
- para investidores em renda variável listada em bolsa, detalhes sobre como os direitos de voto são exercidos em relação à biodiversidade;
- a supervisão em vigor quando o *stewardship* e a responsabilidade de voto são delegados a terceiros; e
- diretrizes de escalonamento para quando o engajamento em questões de biodiversidade não for eficaz.



Exemplo – Rockefeller Asset Management: Engajamento com empresas do setor de frutos do mar

A Rockefeller Asset Management criou uma estratégia especializada em Ocean Engagement que oferece aos investidores acesso à economia azul. Nesta estratégia, a biodiversidade é uma área prioritária para esforços de engajamento, e a Rockefeller Asset Management identifica empresas da economia azul que têm impactos relevantes na biodiversidade para fazer engajamento ativo e promover mudanças. Os engajamentos são adaptados às necessidades específicas de cada empresa, a partir do conhecimento compartilhado com outras organizações, como a Ocean Foundation, e da pesquisa sobre as melhores práticas no setor. Métricas específicas também podem ser utilizadas para engajamento com empresas específicas.

ENGAJAMENTO COM FORMULADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS, ÓRGÃOS NORMATIVOS E ÓRGÃOS SETORIAIS

O investidor pode contribuir para a conservação da biodiversidade, fazendo engajamento com governantes para promover um ambiente favorável para as políticas públicas. Desviar incentivos públicos de atividades com impactos negativos para a biodiversidade e integrar a conservação da biodiversidade na definição de financiamento sustentável são ações possíveis para a promoção deste ambiente favorável. O investidor também pode fazer engajamento com órgãos normativos e colaborar com associações setoriais para promover a integração de aspectos de biodiversidade. Aqui estariam incluídos, por exemplo, o envolvimento em consultas setoriais,¹³ a participação em comitês e oferecer apoio para pesquisas.

INICIATIVAS DE ENGAJAMENTO COLABORATIVO

A política de biodiversidade pode listar as iniciativas relevantes de engajamento colaborativo com as quais a empresa já se envolveu e que demonstram que ela desempenha um papel ativo no enfrentamento dos riscos associados à biodiversidade.

Consulte a lista mais recente de iniciativas destinadas a orientar e apoiar a atuação dos investidores em biodiversidade no hub [Investing for Nature](#).

Materiais relacionados

Making voting count: principle-based voting on shareholder resolutions



Discussing divestment: Developing an approach when pursuing sustainability outcomes in listed equities



A guide to filing impactful shareholder resolutions



A sustainable finance policy engagement handbook



Materiais de *stewardship* para questões específicas



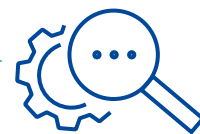
A Plataforma de Colaboração do PRI



Finance for Biodiversity: Guide on engagement with companies.



Finance for Biodiversity: Overview of Initiatives for finance institutions



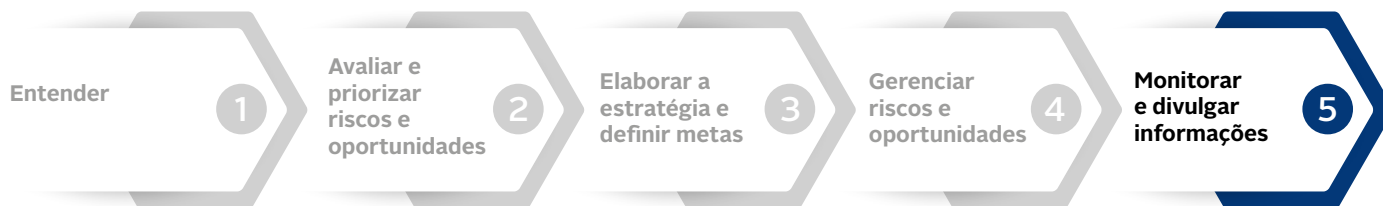
Exemplo – Spring: Iniciativa de *stewardship* do PRI para a natureza

A iniciativa Spring do PRI busca incentivar os investidores a contribuírem para o objetivo de cessar e reverter a perda de biodiversidade até 2030, alinhando-se aos objetivos e metas do Marco Global da Diversidade Biológica de Kunming-Montreal (GBF). Inicialmente, o foco está na perda florestal e na degradação do solo, reconhecidas como os principais direcionadores de perda de biodiversidade, mas o foco ser expandido para outros direcionadores conforme a iniciativa avança. A iniciativa se concentra em facilitar políticas públicas que gerem resultados positivos para a natureza e as carteiras dos investidores e em promover seu alinhamento entre diferentes jurisdições. Ao concentrar os esforços dos investidores nas políticas públicas, é mais provável que os riscos sistêmicos sejam tratados em todos os setores econômicos e em ritmo apropriado. Para saber mais sobre a estratégia da Spring, seus investidores participantes e apoiadores, e para encontrar empresas-alvo, visite a [página web da iniciativa](#).

Exemplo – Engajamento para óleo de palma sustentável: o impacto do Grupo de Trabalho de Investidores do PRI

O Grupo de Trabalho de Investidores do PRI, composto por 64 investidores que supervisionavam US\$ 7,9 trilhões em ativos em 2021, fez engajamento com empresas da cadeia de suprimentos do óleo de palma para combater o desmatamento. De 2017 a 2021, o grupo se concentrou em 24 empresas de óleo de palma e 10 bancos na Indonésia, na Malásia e em Singapura, utilizando o benchmark SPOTT da ZSL e a ferramenta Sustainable Banking Assessment WWF. Uma avaliação intermediária (abrangendo de 2011 a 2016) constatou melhorias nas áreas de divulgação e de políticas, pois as empresas se tornaram mais transparentes e implementaram políticas de combate ao desmatamento. De 2017 a 2021, o grupo constatou melhorias consideráveis entre as 34 empresas quanto a desmatamento e políticas de conservação, pois os bancos regionais adotaram rigorosos critérios para financiamento.

¹³ Consulte, por exemplo, a consulta pública sobre o [GRI Biodiversity Standard](#), e o [PRI Response to vo.4 TNFD Disclosure Framework](#).



MONITORAMENTO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Esta seção da política deve descrever a abordagem da organização para monitorar e divulgar informações em relatórios sobre suas atividades em biodiversidade para *stakeholders*, incluindo clientes, beneficiários, administradores e órgãos reguladores. O monitoramento e os relatórios ajudam a garantir que os investidores sejam responsabilizados pela implementação dos compromissos que assumiram em biodiversidade.

Proprietários de ativos e gestores de investimentos podem descrever:

- sua abordagem para monitoramento e divulgação de informações
- seus processos de avaliação interna
- seus processos de avaliação externa
- suas exigências regulatórias
- diretrizes para a divulgação de informações por terceiros

Consulte mais detalhes no guia técnico [Developing and updating a responsible investment policy](#).

A política de biodiversidade deve especificar as normas internacionais para divulgação e relatórios que a organização cumpre, se for o caso. Cresce o número de protocolos e diretrizes disponíveis para divulgação de informações sobre biodiversidade, e muitas iniciativas e organismos estão procurando alinhar suas solicitações para relatórios.

Alguns exemplos incluem:

- [As Recomendações da TNFD para Divulgação](#)
- [A Norma GRI 101 para Biodiversidade](#)
- Os Questionários [Forests](#) e [Water](#) do CDP
- Normas IFRS S1 – [Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade](#) e IFRS S2 [Divulgações relacionadas ao clima](#)

Materiais relacionados

Banco de dados regulatórios



Understanding the data needs of responsible investors: The PRI's investor data needs framework



Guia para proprietários de ativos: monitoramento de gestores de investimento



Portal de Dados do PRI



ANEXO 1: INDICADORES DO REPORTING FRAMEWORK

A tabela abaixo traz exemplos de indicadores do Reporting Framework 2024 do PRI nos quais os signatários podem fornecer informações sobre sua estratégia de biodiversidade e políticas relacionadas.

O que incluir em uma política de biodiversidade	Ambições, escopo e compromissos	Ambições da política	■ Senior leadership statement (SLS),
		Escopo	■ Metas para resultados de sustentabilidade: SO 1, SO 2, SO 2.1, PGS 9
		Compromissos	■ Senior leadership statement (SLS), PGS 4 ■ Metas para resultados de sustentabilidade: SO 1, SO 2, SO 2.1 ■ Ferramentas utilizadas para promover resultados de sustentabilidade: SO 5
	Governança	Histórico	■ PGS 12
		Políticas relacionadas	■ PGS 1, PGS 2, PGS 3, PGS 5,
		Monitoramento	■ Governança - Papéis e responsabilidades PGS 11, PGS 11.1, PGS 11.2, PGS 12, PGS 13, PGS 14, PGS 15
	Abordagem para a biodiversidade	Avaliação de riscos, oportunidades e resultados	■ Resultados de sustentabilidade: ■ PGS 47, PGS 47.1, PGS 47.2, PGS 48, PGS 48.1, SO 1, SO 2, SO 2.1, SO 4, SO 4.1, SO 5-SO 13 ■ Específicos para a mudança climática: PGS 41, PGS 41.1, PGS 42, PGS 43, PGS 44, PGS 45, PGS 46
		Definição de metas e estratégia	■ Metas para resultados de sustentabilidade: SO 1, SO 2, SO 2.1 ■ Ferramentas utilizadas para promover resultados de sustentabilidade: SO 5
		Gerenciamento de riscos e oportunidades	■ Alocação de capital: PGS 20, PGS 21, SO 6, SO 7 ■ Voto à distância: PGS 29, PGS 30, PGS 31, PGS 32, PGS 33, PGS 33.1, PGS 34, PGS 35 ■ Escalonamento do <i>stewardship</i>: PGS 36, PGS 37, PGS 38 ■ Engajamento com formuladores de políticas públicas: PGS 39, PGS 39.1, PGS 39.2, SO 11 ■ <i>Stewardship</i> das investidas: PGS 1, PGS 3 PGS 23, SO 8, SO 9 ■ <i>Stewardship</i> com gestores de investimento terceirizados: SO 10 ■ Colaboração: SO 13 ■ Engajamento outros <i>stakeholders</i> importantes: SO 12
		Monitoramento e divulgação de informações	■ Relatórios e divulgações externas: PGS 16, PGS 17, PGS 18, PGS 19 ■ Rastreamento o progresso em relação a metas: SO 4, SO 4.1

CRÉDITOS

AUTORES:

Anna Shaikly
Daram Pandian
Bethany Davies
Sylvaine Rols
Simon Whistler

EDITOR:

Mark Nicholls

DESIGN:

Christopher Perrins

Os Princípios para o Investimento Responsável (PRI)

O PRI trabalha em conjunto com sua rede internacional de signatários para colocar em prática os seis Princípios para o Investimento Responsável. O objetivo dos Princípios é compreender as implicações do investimento sobre temas ambientais, sociais e de governança (ASG), além de oferecer apoio aos signatários na integração desses temas às suas decisões de investimentos e titularidade de ativos. O PRI atua no interesse de longo prazo de seus signatários, dos mercados financeiros e das economias em que operam e, por fim, do meio ambiente e da sociedade em geral.

Os seis Princípios para o Investimento Responsável formam um conjunto de princípios de investimento voluntários e aspiracionais que oferecem uma gama de ações que permitem incorporar fatores ASG à prática de investimentos. Os Princípios foram desenvolvidos por investidores, para investidores. Ao implementá-los, os signatários contribuem para o desenvolvimento de um sistema financeiro global mais sustentável.

Para mais informações, visite www.unpri.org.



O PRI é uma iniciativa de investidores em parceria com a UNEP Finance Initiative e o Pacto Global das Nações Unidas.

Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP FI)

A UNEP FI é uma parceria única entre o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o setor financeiro global. A UNEP FI trabalha em estreita parceria com mais de 200 instituições financeiras signatárias da Declaração da UNEP FI sobre Desenvolvimento Sustentável e uma série de organizações parceiras para desenvolver e promover conexões entre sustentabilidade e desempenho financeiro. Por meio de redes de pares, pesquisa e treinamento, a UNEP FI coloca em prática sua missão de identificar, promover e realizar a adoção das melhores práticas ambientais e de sustentabilidade em todos os níveis das operações das instituições financeiras.

Para mais informações, visite www.unepfi.org.



Pacto Global das Nações Unidas

O Pacto Global da ONU é um chamado para que as empresas em todo o mundo alinhem suas operações e estratégias com os 10 princípios universais nas áreas de direitos humanos, direitos trabalhistas, meio-ambiente e combate à corrupção, e realizem ações de apoio aos objetivos da ONU e questões representadas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O Pacto Global da ONU é uma plataforma de liderança para o desenvolvimento, a implementação e a divulgação de práticas responsáveis pelas empresas. Lançado em 2000, trata-se da maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, com mais de 8800 empresas e 4000 signatários não corporativos com sede em mais de 160 países e 80 Redes Locais.

Para mais informações, visite www.unglobalcompact.org.

